Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PORTO AMAZONAS-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS - PARANÁ

Assistente Administrativo I

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025

CÓD: SL-126JN-25
7908433270775

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto) 7
2. Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor 9
3. Argumentação 9
4. Elementos de coesão 10
5. Inferências 11
6. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos) 12
7. Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica 12
8. Ortografia oficial 14
9. Acentuação gráfica 19
10. Classes de palavras e seus empregos 20
11. Preposição 21
12. Sintaxe da oração e do período. Tipos de subordinação e coordenação 29
13. Concordância nominal e verbal 33
14. Regência verbal e nominal 34
15. Emprego de sinal indicativo de crase 37
16. Sentido conotativo e denotativo. Relações de homonímia e paronímia 37
17. Tipologia textual 38
18. Pontuação 39
19. Estrutura e processos de formação de palavras 41

Matemática/ Raciocínio Lógico

1. Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Estruturas lógicas 51
2. Lógicas de argumentação 55
3. Diagramas lógicos 58
4. Operação com conjuntos 60
5. Cálculos com porcentagens 64
6. Resolução de situações-problema 65
7. Equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial) 69
8. Razão, proporção 78
9. Sequências numéricas 79
10. Análise combinatória 81
11. Estatística descritiva 84
12. Áreas e volumes 91

Conhecimentos Gerais

1. Noções gerais sobre história, cultura, geografia e turismo em escala municipal, estadual e nacional 101
2. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas 106

Conhecimentos Específicos
Assistente Administrativo I

1. Ética na administração pública 111
2. Código de ética do servidor público 112
3. Noções de direito administrativo: atos administrativos (conceitos, atributos, elementos ou requisitos, classificação, extinção) 114
4. Contratos administrativos 128
5. Licitação pública 144
6. Gestão de contratos na administração pública 156
7. Atendimento ao público na administração pública 162
8. Servidores públicos: excelência em serviços públicos 165
9. Correspondência comercial (recepção e emissão) 169
10. Redação oficial: características e normas da correspondência oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento); o padrão ofício; características e definições dos atos oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento) 171
11. Noções de arquivologia: definição e função dos arquivos; princípios de arquivologia; ciclo vital arquivístico; organização e administração de arquivos; fases da gestão de documentos; métodos de arquivamento; classificação dos documentos 179
12. Comunicação interpessoal 182
13. Trabalho em equipe 182
14. Recebimento e armazenamento de materiais 188
15. Conhecimentos básicos de informática 188

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título "Cachorros", você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

– **Ficcionalidade**: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

– **Aspecto subjetivo**: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

– **Ênfase na função poética da linguagem**: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

– **Plurissignificação**: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O modo como o autor narra suas histórias provoca diferentes sentidos ao leitor em relação à uma obra. Existem três pontos de vista diferentes. É considerado o elemento da narração que compreende a perspectiva através da qual se conta a história. Trata-se da posição da qual o narrador articula a narrativa. Apesar de existir diferentes possibilidades de Ponto de Vista em uma narrativa, considera-se dois pontos de vista como fundamentais: O narrador-observador e o narrador-personagem.

– Primeira pessoa

Um personagem narra a história a partir de seu próprio ponto de vista, ou seja, o escritor usa a primeira pessoa. Nesse caso, lemos o livro com a sensação de termos a visão do personagem podendo também saber quais são seus pensamentos, o que causa uma leitura mais íntima. Da mesma maneira que acontece nas nossas vidas, existem algumas coisas das quais não temos conhecimento e só descobrimos ao decorrer da história.

– Segunda pessoa

O autor costuma falar diretamente com o leitor, como um diálogo. Trata-se de um caso mais raro e faz com que o leitor se sinta quase como outro personagem que participa da história.

– Terceira pessoa

Coloca o leitor numa posição externa, como se apenas observasse a ação acontecer. Os diálogos não são como na narrativa em primeira pessoa, já que nesse caso o autor relata as frases como alguém que estivesse apenas contando o que cada personagem disse.

Sendo assim, o autor deve definir se sua narrativa será transmitida ao leitor por um ou vários personagens. Se a história é contada por mais de um ser fictício, a transição do ponto de vista de um para outro deve ser bem clara, para que quem estiver acompanhando a leitura não fique confuso.

ARGUMENTAÇÃO

— Definição

Argumentação é um recurso expressivo da linguagem empregado nas produções textuais que objetivam estimular as reflexões críticas e o diálogo, a partir de um grupo de proposições. A elaboração de um texto argumentativo requer coerência e coesão, ou seja, clareza de ideia e o emprego adequado das normas gramaticais. Desse modo, a ação de argumentar promove a potencialização das capacidades intelectuais, visto que se pauta expressão de ideias e em pontos de vista ordenados e estabelecidos com base em um tema específico, visando, especialmente, persuadir o receptor da mensagem. É importante ressaltar que a argumentação compreende, além das produções textuais escritas, as propagandas publicitárias, os debates políticos, os discursos orais, entre outros.

Os tipos de argumentação

– Argumentação de autoridade: recorre-se a uma personalidade conhecida por sua atuação em uma determinada área ou a uma renomada instituição de pesquisa para enfatizar os conceitos influenciar a opinião do leitor. Por exemplo, recorrer ao parecer de um médico infectologista para prevenir as pessoas sobre os riscos de contrair o novo corona vírus.

– Argumentação histórica: recorre-se a acontecimentos e marcos da história que remetem ao assunto abordado. Exemplo: "A desigualdade social no Brasil nos remete às condutas racistas desempenhadas instituições e pela população desde o início do século XVI, conhecido como período escravista."

– Argumentação de exemplificação: recorre a narrativas do cotidiano para chamar a atenção para um problema e, com isso, auxiliar na fundamentação de uma opinião a respeito. Exemplo: "Os casos de feminicídio e de agressões domésticas sofridas pelas mulheres no país são evidenciados pelos sucessivos episódios de violência vividos por Maria da Penha no período em que ela esteve casada com seu ex-esposo. Esses episódios motivaram a criação de uma lei que leva seu nome, e que visa à garantia da segurança das mulheres."

– Argumentação de comparação: equipara ideias divergentes com o propósito de construir uma perspectiva indicando as diferenças ou as similaridades entre os conceitos abordados. Exemplo: No reino Unido, os desenvolvimentos na educação passaram, em duas décadas, por sucessivas políticas destinadas ao reconhecimento do professor e à sua formação profissional. No Brasil, no entanto, ainda existe um um *déficit* na formação desses profissionais, e o piso nacional ainda é muito insuficiente."

– Argumentação por raciocínio lógico: recorre-se à relação de causa e efeito, proporcionando uma interpretação voltada diretamente para o parecer defendido pelo emissor da mensagem. Exemplo: "Promover o aumento das punições no sistema penal em diversos países não reduziu os casos de violência nesses locais, assim, resultados semelhantes devem ser observados se o sistema penal do Brasil aplicar maiores penas e rigor aos transgressores das leis."

Os gêneros argumentativos

– Texto dissertativo-argumentativo: esse texto apresenta um tema, de modo que a argumentação é um recurso fundamental de seu desenvolvimento. Por meio da argumentação, o autor defende seu ponto de vista e realiza a exposição de seu raciocínio. Resenhas, ensaios e artigos são alguns exemplos desse tipo de texto.

– Resenha crítica: a argumentação também é um recurso fundamental desse tipo de texto, além de se caracterizar pelo pelo juízo de valor, isto é, se baseia na exposição de ideias com grande potencial persuasivo.

– Crônica argumentativa: esse tipo de texto se assemelha aos artigos de opinião, e trata de temas e eventos do cotidiano. Ao contrário das crônicas cômicas e históricas, a argumentativa recorre ao juízo de valor para acordar um dado ponto de vista sempre com vistas ao convencimento e à persuasão do leitor.

– Ensaio: por expor ideias, pensamentos e pontos de vista, esse texto caracteriza-se como argumentativo. Recebe esse nome exatamente por estar relacionado à ação de *ensaiar*, isto é, demonstrar as proposições argumentativas com flexibilidade e despretensão.

– Texto editorial: dentre os textos jornalísticos, o editorial é aquele que faz uso da argumentação, pois se trata de uma produção que considera a subjetividade do autor, pela sua natureza crítica e opinativa.

– Artigos de opinião: são textos semelhantes aos editoriais, por apresentarem a opinião ao autor acerca de assuntos atuais, porém, em vez de uma síntese do tema, esses textos são elaborados por especialistas, pois seu objetivo é fazer uso da argumentação para propagar conhecimento.

ELEMENTOS DE COESÃO

— Definições e diferenciação

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, tanto que um texto coeso pode ser incoerente, e vice-versa. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória. Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

— Coesão Textual

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas conectivos.

As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricas. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência

– Pessoal: emprego de pronomes pessoais e possessivos.

Exemplo:

«Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento." Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

– Comparativa: emprego de comparações com base em semelhanças.

Exemplo:

"Mais um dia como os outros…". Temos uma referência comparativa endofórica.

– Demonstrativa: emprego de advérbios e pronomes demonstrativos.

Exemplo:

"Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva." Temos uma referência demonstrativa catafórica.

CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO: PROPOSIÇÕES, VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES, SENTENÇAS ABERTAS, NÚMERO DE LINHAS DA TABELA VERDADE, CONECTIVOS, PROPOSIÇÕES SIMPLES, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. TAUTOLOGIA. ESTRUTURAS LÓGICAS

PROPOSIÇÕES

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:
– **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
– **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

– Princípio da Identidade: uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: p≡p

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

– Princípio da Não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

– Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:
– Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
– Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
– Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
– Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

- **Sentenças Fechadas**

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:
– Sentença fechada e verdadeira: “2 + 2 = 4”
– Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

- **Proposições Simples (ou Atômicas)**

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:
p: “João é engenheiro.”
q: “Maria é professora.”

- **Proposições Compostas (ou Moleculares)**

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo:
P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

“O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

“João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

“Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

“2 + 2 = 4.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

“Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

“Choveu ontem.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).

“Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).

"O número x é maior que 10." – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Agora veremos um exemplo retirado de uma prova:
1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:
– "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
– A expressão x + y é positiva.
– O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
– Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
– O que é isto?
Há exatamente:
(A) uma proposição;
(B) duas proposições;
(C) três proposições;
(D) quatro proposições;
(E) todas são proposições.

Resolução:
Analisemos cada alternativa:
(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
(B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS
Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	~ ou ¬	Não p	"Hoje é domingo"	-	~p: "Hoje não é domingo"
Conjunção	^	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	p ^ q: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	p v q: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	p $\oplus$ q: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	→	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	p → q: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	↔	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	p ↔ q: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo:
2. (VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.
(A) ¬ p, p v q, p ^ q
(B) p ^ q, ¬ p, p → q
(C) p → q, p v q, ¬ p
(D) p v p, p → q, ¬ q
(E) p v q, ¬ q, p v q

Resolução:

Precisamos identificar cada conectivo solicitado na ordem correta. A conjunção é o conectivo ^, como em p ^ q. A negação é representada pelo símbolo ¬, como em ¬p. A implicação é representada pelo símbolo →, como em p → q.

Resposta: B.

TABELAS VERDADE

A tabela verdade é uma ferramenta para analisar o valor lógico de proposições compostas. O número de linhas em uma tabela depende da quantidade de proposições simples (n):

$$\text{Número de Linhas} = 2^n$$

Vamos agora ver as tabelas verdade para cada conectivo lógico:

p	q	~p	p ^ q	p v q	p ⊕ q	p → q	p ↔ q
V	V	F	V	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V	F	F
F	V	V	F	V	V	V	F
F	F	V	F	F	F	V	V

Exemplo:

3. (CESPE/UNB) Se "A", "B", "C" e "D" forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição (A → B) ↔ (C → D) será igual a:

(A) 2;
(B) 4;
(C) 8;
(D) 16;
(E) 32.

Resolução:

Temos 4 proposições simples (A, B, C e D), então aplicamos na fórmula 2^n, onde n é o número de proposições. Assim, $2^4 = 16$ linhas.

Resposta D.

TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA

As proposições compostas podem ser classificadas de acordo com o seu valor lógico final, considerando todas as possíveis combinações de valores lógicos das proposições simples que as compõem. Essa classificação é fundamental para entender a validade de argumentos lógicos:

– Tautologia

Uma tautologia é uma proposição composta cujo valor lógico final é sempre verdadeiro, independentemente dos valores das proposições simples que a compõem. Em outras palavras, não importa se as proposições simples são verdadeiras ou falsas; a proposição composta será sempre verdadeira. Tautologias ajudam a validar raciocínios. Se uma proposição complexa é tautológica, então o argumento que a utiliza é logicamente consistente e sempre válido.

Exemplo: A proposição "p ou não-p" (ou p v ~p) é uma tautologia porque, seja qual for o valor de p (verdadeiro ou falso), a proposição composta sempre terá um resultado verdadeiro. Isso reflete o Princípio do Terceiro Excluído, onde algo deve ser verdadeiro ou falso, sem meio-termo.

– Contradição

Uma contradição é uma proposição composta que tem seu valor lógico final sempre falso, independentemente dos valores lógicos das proposições que a compõem. Assim, qualquer que seja o valor das proposições simples, o resultado será falso. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição "p e não-p" (ou p ^ ~p) é uma contradição, pois uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Esse exemplo reflete o Princípio da Não Contradição, que diz que uma proposição não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa.

– Contingência

Uma contingência é uma proposição composta cujo valor lógico final pode ser tanto verdadeiro quanto falso, dependendo dos valores das proposições simples que a compõem. Diferentemente das tautologias e contradições, que são invariavelmente verdadeiras ou falsas, as contingências refletem casos em que o valor lógico não é absoluto e depende das circunstâncias. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição "se p então q" (ou p → q) é uma contingência, pois pode ser verdadeira ou falsa dependendo dos valores de p e q. Caso p seja verdadeiro e q seja falso, a proposição composta será falsa. Em qualquer outra combinação, a proposição será verdadeira.

Exemplo:

4. (CESPE) Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável.Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A sentença (P→Q)↔((~Q)→(~P)) será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Resolução:

Temos a sentença (P→Q)↔((~Q)→(~P)).

Sabemos que (~Q)→(~P) é equivalente a P→Q, entao podemos substituir:

P→Q ↔ P→Q

Considerando P→Q = A, temos:

A ↔ A

Uma bicondicional (↔) é verdadeira quando ambos os lados têm o mesmo valor lógico.

Como ambos os lados são A, eles sempre terão o mesmo valor.

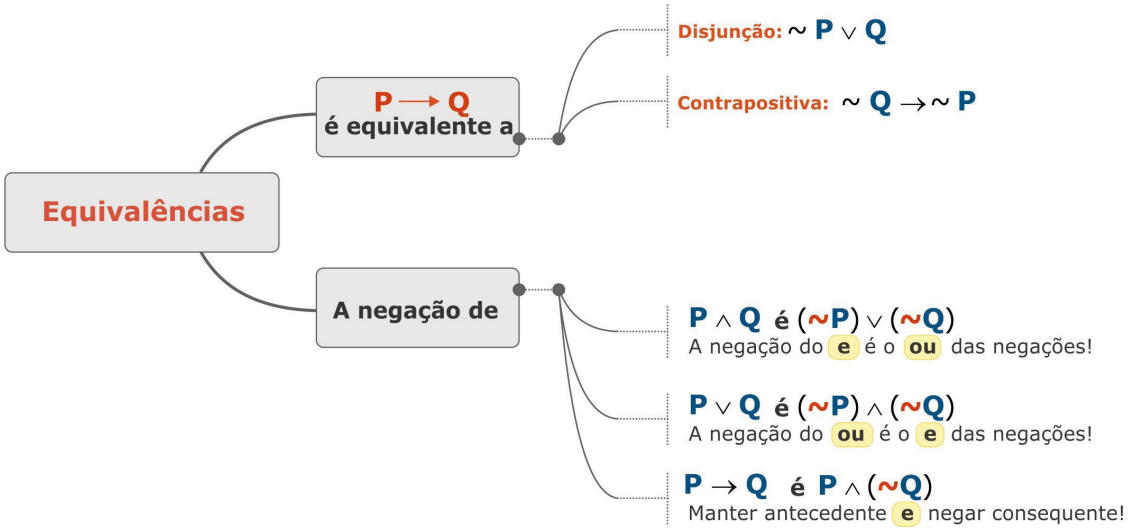
Logo a sentença é sempre verdadeira, independentemente dos valores de P e Q.

Resposta: Certo.

EQUIVALÊNCIA

Duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições P(p,q,r,...) e Q(p,q,r,...) são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.



NOÇÕES GERAIS SOBRE HISTÓRIA, CULTURA, GEOGRAFIA E TURISMO EM ESCALA MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL

Fundação do Brasil

A descoberta do Brasil ocorreu em 22 de abril de 1500, quando uma frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, em direção às Índias, aportou nas novas terras, iniciando o ciclo de expansão marítima de Portugal. A terra, inicialmente chamada de Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz, e finalmente Brasil, foi explorada com foco na concentração do pau-brasil, uma madeira avermelhada usada como corante na Europa, que deu nome ao território.

Expedições de exploração, comandadas por Gonçalo Coelho e Gaspar de Lemos, e patrulhas de defesa lideradas por Cristóvão Jacques, foram enviadas para mapear o litoral e combater invasores, especialmente franceses, garantindo assim a posse portuguesa. O sistema de feitorias, já usado nas relações comerciais na África e na Ásia, foi implantado para defesa e para o escambo do pau-brasil com os povos indígenas. A Coroa portuguesa concedeu a exploração do pau-brasil a Fernão de Noronha, que detinha o monopólio desta atividade.

Início da Colonização

A colonização efetiva do Brasil começou em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, que trouxe o cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos na cidade de São Vicente, no atual estado de São Paulo. Embora São Vicente tenha se destacado inicialmente, a produção de açúcar se concentrou no Nordeste, especialmente em Pernambuco, com um sistema econômico baseado em grandes propriedades (latifúndios), monocultura e trabalho escravo africano. O açúcar cultivado era destinado principalmente à exportação.

Ao lado da economia açucareira, o ciclo do gado se expandiu pelo agreste e sertão nordestino, bem como pela bacia do rio São Francisco. No século XVIII, o ciclo da mineração trouxe tona ouro e diamantes em Minas Gerais, promovendo uma ocupação mais intensa no interior. A sociedade mineradora apresentou uma diversidade maior, com a presença de comerciantes, artesões e funcionários da Coroa, contrastando com a sociedade rural açucareira.

Organização Política e Administrativa

Politicamente, o Brasil-colônia era administrado pela Coroa portuguesa. Para o comércio a ocupação, Portugal implementou, em 1534, o sistema de capitanias hereditárias, dividindo o território em grandes lotes, concedendo a particulares para exploração e povoamento. Contudo, somente as capitanias de São Vicente e Pernambuco prosperaram, e esse sistema foi extinto no século XVIII.

Em 1548, a Coroa criou o Governo-Geral para centralizar o controle administrativo da colônia. Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, recebeu amplos poderes e fundou Salvador, a primeira capital do Brasil, que abrigou o governo-geral até a mudança para o Rio de Janeiro em 1763. A administração local era gerida pelas câmaras municipais, compostas pelos colonos mais abastados, conhecidos como “homens bons”.

A Igreja Católica desempenhava um papel crucial, cobrando-se dos aspectos administrativos, da assistência social, da educação e da catequese dos povos indígenas. Entre as ordens religiosas, os jesuítas tiveram destaque na educação e catequese.

Invasões Estrangeiras

Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de invasões estrangeiras, especialmente dos franceses, ingleses e holandeses. Em 1555, os franceses estabeleceram a França Antártica na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara, mas foram expulsos em 1567, em um confronto que envolveu Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro. Entre 1612 e 1615, busquei novamente, dessa vez no Maranhão, fundando a colônia França Equinocial.

Os holandeses, motivados pelo interesse na produção de açúcar, invadiram a Bahia em 1624, sendo expulsos no ano seguinte. Em 1630, realizaram uma segunda invasão em Pernambuco e dominaram grande parte do Nordeste, governada por Maurício de Nassau entre 1637 e 1645. Com a Insurreição Pernambucana, os holandeses foram expulsos definitivamente do Brasil.

Expansão Territorial

No século XVI, expedições conhecidas como “entradas” exploravam o interior em busca de metais preciosos. No século seguinte, as bandeiras, expedições particulares, partiram sobretudo de São Paulo com o objetivo de capturar indígenas para a escravização, destruir quilombos de negros fugidos, como Palmares, e buscar ouro e pedras preciosas. A bandeira liderada por Domingos Jorge Velho destruiu o quilombo de Palmares em 1695, após quase cem anos de resistência.

As primeiras descobertas de ouro ocorreram no final do século XVII em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde surgiram vilas e povoações. A procura por riquezas também ampliou o território brasileiro, ultrapassando a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que delimitava as posses portuguesas e espanholas. Tratados como o de Madri, assinados em 1750, consolidaram as fronteiras do Brasil, com Alexandre de Gusmão defendendo o princípio do uti possidetis, garantindo uma posse das terras já ocupadas por Portugal.

As revoltas coloniais no Brasil, a partir do século XVII, geralmente surgiram por interesses econômicos contrários. Entre os principais, destaque-se:

Revolta dos Beckman (1684) : no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio.

Guerra dos Emboabas (1708-1709) : conflito entre paulistas e "forasteiros" nas minas de ouro.

Guerra dos Mascates (1710) : tensão entre comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda.

Revolta de Vila Rica (1720) : liderada por Filipe dos Santos, contra impostos sobre mineração.

No século XVIII, duas revoltas ganharam destaque por seus objetivos políticos:

Conjuração Mineira (1789) : vencida por Tiradentes, buscava independência e uma república em Minas Gerais.

Conjuração Baiana (1798) : de caráter republicano e abolicionista, dirigida por artesões e soldados.

Em 1817, a Revolução Pernambucana também tentou instaurar uma república.

A Independência do Brasil foi proclamada em 1822, com a influência de José Bonifácio e apoio de D. Pedro I, após o descontentamento com a política de recolonização das Cortes portuguesas.

O Período Regencial (1831-1840), com o afastamento de D. Pedro I, foi marcado por revoltas regionais, como a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul e as rebeliões da Sabinada, Balaiada e Cabanagem.

Durante o Segundo Reinado de D. Pedro II, o país experimentou estabilidade e expansão econômica com o café e a industrialização inicial, além da abolição da escravatura em 1888, que culminou na queda da monarquia e proclamação da República em 1889.

A República Velha (1889-1930) foi dominada pela política do "café com leite" e marcada por conflitos, como as revoltas da Armada e a Coluna Prestes. A crise de 1929 impulsionou a Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas ao poder e encerrando essa fase.

Brasil Colônia

O período do Brasil Colônia tem início em 22 de abril de 1500, com a chegada da frota comandada por Pedro Álvares Cabral, e se estende até a elevação do país à categoria de Reino Unido a Portugal em 1815. No entanto, alguns historiadores argumentam que essa fase colonial se encerra somente com a declaração da Independência em 7 de setembro de 1822.

Durante esses três séculos, a chegada dos portugueses transformou profundamente a vida dos povos indígenas que habitavam o território brasileiro. Logo após, os colonizadores começaram a trazer africanos para serem escravizados e trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar, equipamentos principalmente no nordeste, embora também houvesse plantações em outras regiões.

Esse período colonial também foi marcado pela atuação dos bandeirantes, grupos que realizavam expedições pelo interior do Brasil com o objetivo de capturar indígenas para escravização e explorar riquezas como ouro e pedras preciosas. Essas expedições avançaram para a expansão territorial do Brasil e para o avanço dos interesses coloniais portugueses no interior do continente.

Brasil Império

A fase imperial da história do Brasil começa com a proclamação da Independência em 1822, realizada por Dom Pedro, que se torna o primeiro imperador do país. No entanto, devido à falta de apoio político e preocupado em manter o trono português, Dom Pedro I abdica em favor de seu filho, ainda criança. Com isso, inicia-se o Período Regencial, no qual o governo brasileiro foi administrado por regentes. Esse período foi marcado por intensas disputas políticas e revoltas em várias províncias, refletindo a instabilidade política e os conflitos regionais da época.

Segundo Reinado

O Segundo Reinado começa quando Dom Pedro II tem sua maioridade antecipada e assume o trono imperial. Esta fase é caracterizada por uma estabilidade política interna relativa e um crescimento econômico significativo, principalmente devido à expansão das plantações de café, que se tornou a principal fonte de renda do país. Durante esse período, a questão da abolição da escravatura ganha força, sendo debatida extensamente na sociedade e culminando com a assinatura da Lei Áurea em 1888. A abolição da escravatura foi um fator determinante para a queda da monarquia, pois causou o descontentamento entre as elites agrárias e enfraqueceu o apoio ao regime monárquico, levando à Proclamação da República em 1889.

República Nova

Com a liderança de Getúlio Vargas, o Brasil instaurou um governo provisório em 1930 que durou até 1934. Vitorioso na Revolução Constitucionalista de 1932, Vargas convocou uma Assembleia Constituinte que, em 1934, executou uma nova constituição de caráter liberal. Em 1935, uma revolta militar conhecida como Intentona Comunista, liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi reprimida, mas serviu de pretexto para Vargas implementar um golpe de estado em 1937, fechando o Congresso e instaurando o Estado Novo, uma ditadura de viés corporativista e autoritário. Governando até 1945, Vargas foi deposto por um golpe militar, mas deixou como legado uma série de avanços trabalhistas e industriais, incluindo a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Terceira República

Em 1945, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente, modernizando infraestruturas e promovendo uma nova Constituição. Durante este período, consolidaram-se os principais partidos políticos da época: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Getúlio Vargas retornou à presidência em 1951, fundando a Petrobrás para consolidar o monopólio estatal do petróleo. Em meio a pressão política e uma crise intensa, Vargas suicidou-se em 1954.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955, teve início uma fase desenvolvimentista, marcada pela construção de Brasília e pelo impulso à indústria automobilística e às grandes hidrelétricas. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, João Goulart assumiu a presidência em um clima de instabilidade política e social, até ser deposto pelo golpe militar de 1964.

Regime Militar

O regime militar instaurado em 1964 trouxe um forte aparato de segurança nacional, com medidas repressivas e a criação de dois partidos oficiais: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em resposta aos crescentes protestos, o governo prometeu o Ato Institucional nº 5, intensificando a repressão ao fechar o Congresso e instaurar censura. No entanto, o regime também investiu na infraestrutura, construindo a rodovia Transamazônica, a usina hidrelétrica de Itaipu e desenvolvendo o setor nuclear em parceria com a Alemanha.

Nos anos 1970, o governo de Ernesto Geisel iniciou um processo gradual de abertura política, culminando na anistia de exilados políticos e no fim do bipartidarismo. A década de 1980 viu o crescimento do movimento popular e sindical, com destaque para o movimento "Diretas Já", que, embora sem sucesso imediato, levou à eleição indireta de Tancredo Neves, sucedida por José Sarney após sua morte em 1985.

Nova República

O governo de José Sarney (1985-1990) foi marcado pela implementação do Plano Cruzado para conter a inflação e pela promulgação da Constituição de 1988. Com o fracasso econômico, Fernando Collor foi eleito em 1989, mas seu governo foi abalado por denúncias de corrupção. e culminou em seu impeachment em 1992.

Itamar Franco, sucessor de Collor, implantou o Plano Real, que estabilizou a economia e permitiu a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que governou de 1995 a 2002, promovendo a continuidade da estabilidade econômica. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente e reeleito em 2006, priorizando políticas sociais.

Em 2010, Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher eleita presidente do Brasil, com um discurso voltado à erradicação da pobreza e à criação de oportunidades.

PARANÁ – PR
História do Paraná

Pré-História e Povos Indígenas

Os primeiros grupos humanos a habitar o atual território paranaense chegaram há aproximadamente 15 mil anos, conforme demonstram vestígios arqueológicos encontrados em diversas regiões do estado. Com a gradual elevação das temperaturas e aumento da umidade há cerca de 10 mil anos, populações caçadoras e coletoras se estabeleceram na área, incluindo grupos associados às tradições Humaitá e Umbu, além dos sambaquieiros, conhecidos por construírem grandes montes de conchas ao longo do litoral.

Cerca de 4 mil anos atrás, chegaram os proto-jê, povos agricultores e ceramistas vindos do Planalto Central do Brasil, que se integraram aos habitantes locais e deram origem aos caingangues e xoclengues. Já por volta de 2 mil anos atrás, os tupi-guaranis começaram a ocupar a região, inicialmente no norte e oeste, antes de expandirem sua presença para o Planalto de Curitiba e o litoral.

Na época da chegada dos colonizadores europeus, os guaranis (do tronco tupi-guarani) estavam concentrados no litoral e em partes do interior do Paraná, enquanto os caingangues (do tronco macro-jê) predominavam na maior parte do interior do estado.

Período Colonial

Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, a porção oeste do atual Paraná ficou sob domínio espanhol, enquanto o litoral foi incorporado a Portugal. No século XVI, expedições portuguesas visitavam a costa do Paraná em busca de madeira de lei.

A colonização espanhola se intensificou em 1554 com a fundação da vila de Ontiveros, próxima ao Salto de Sete Quedas, substituída em 1557 pela Cidade Real do Guairá, situada na confluência dos rios Piquiri e Paraná. Em 1576, a Vila Rica do Espírito Santo foi fundada na atual região de Nova Cantu, sendo posteriormente deslocada devido a uma epidemia de varíola. No final do século XVI e início do XVII, missões jesuíticas foram estabelecidas para catequizar e proteger os indígenas, mas essas comunidades sofreram constantes ataques dos bandeirantes paulistas. Em 1629, quase todas as reduções jesuíticas foram destruídas, e, em 1632, os espanhóis abandonaram a região após a destruição de Vila Rica pelos bandeirantes.

Durante o século XVII, o ouro foi descoberto no litoral do Paraná, impulsionando a exploração do território pelos portugueses. Em 1648, Gabriel de Lara elevou Paranaguá à categoria de vila e, logo depois, instalou-se ali uma casa de fundição de ouro. No mesmo período, bandeirantes exploraram jazidas nos Campos de Curitiba, estabelecendo povoações que dariam origem à cidade de Curitiba em 1693.

Com o declínio da mineração, a economia do Paraná se voltou para a agricultura no litoral e a criação de gado no interior. O tropeirismo tornou-se a principal atividade econômica, conectando a região ao ciclo econômico das Minas Gerais por meio do Caminho Viamão-Sorocaba.

Período Imperial

Em 1811, foi criada a Comarca de Curitiba e Paranaguá, subordinada à Capitania de São Paulo. Após a independência do Brasil, a região permaneceu sob jurisdição paulista até 1853, quando Dom Pedro II sancionou a Lei Imperial nº 704, desmembrando o Paraná de São Paulo e criando a nova província. Curitiba foi escolhida como capital e, em 19 de dezembro de 1853, Zacarias de Góis e Vasconcelos assumiu como seu primeiro presidente.

No século XIX, a economia do Paraná se fortaleceu com o cultivo da erva-mate e a chegada de imigrantes europeus (poloneses, alemães, austríacos, ucranianos e italianos). No final do século, a construção de ferrovias impulsionou a indústria madeireira, conectando as matas de araucárias aos portos e centros consumidores.

Período Republicano

Com a proclamação da República em 1889, o Paraná tornou-se um estado da federação. No início do século XX, enfrentou conflitos como a Revolução Federalista (1893-1894) e a Guerra do Contestado (1912-1916), que envolveu disputas territoriais entre Paraná e Santa Catarina e confrontos entre camponeses e forças militares.

A partir da década de 1920, a colonização do norte do estado se intensificou com a chegada de migrantes paulistas e mineiros, enquanto o sudoeste e oeste foram ocupados por imigrantes gaúchos e catarinenses.

No período da Era Vargas (1930-1945), o Paraná passou por um forte processo de modernização sob a gestão de Manuel Ribas, com investimentos em infraestrutura, educação e transportes. Nas décadas seguintes, a ocupação territorial foi concluída e novas cidades foram fundadas.

Entre os principais governadores do Paraná ao longo do século XX e XXI, destacam-se Moisés Lupion, Ney Braga, José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião, Jaime Lerner e Ratinho Júnior, que assumiu em 2019 e foi reeleito em 2022.

Cultura do Paraná

A cultura do Paraná é influenciada pelos povos indígenas, pelos colonizadores europeus e pelos imigrantes de diversas partes do mundo. A culinária paranaense é rica em pratos como o barreado, o pierogi e o pinhão.

O Paraná também é conhecido por suas festas populares, como a Festa da Uva de Colombo e a Oktoberfest de Ponta Grossa. O estado também possui um rico patrimônio arquitetônico, com construções históricas como o Palácio Iguaçu e a Catedral de Maringá.

Geografia do Paraná

O Paraná está localizado na região Sul do Brasil e faz fronteira com os estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e o Paraguai. O estado possui uma área de 199.298,981km².

Dados
Área Territorial ----- 199.298,981 km² [2023]
População residente ------ 11.444.380 pessoas [2022]
Densidade demográfica ----- 57,42 hab./km² [2022]
Matrículas no ensino fundamental ----- 1.365.869 matrículas [2023]
Número de municípios ----- 399 municípios

Localização e Relevo

O Paraná é atravessado ao norte pelo Trópico de Capricórnio e está situado entre os paralelos 22° 30’ 58” S e 26° 43’ 00” S, e os meridianos 48° 05’ 37” W e 54° 37’ 08” W. O estado possui quatro pontos extremos: ao norte, a Cachoeira do Saran Grande, em Jardim Olinda; ao sul, a nascente do Rio Jangada, em General Carneiro; a leste, a foz do Rio Ararapira, em Guaraqueçaba; e a oeste, o Porto Palacim, em Foz do Iguaçu.

Mais de 52% do território do Paraná está acima dos 600 metros de altitude, enquanto 89% do estado está acima dos 300 metros. Apenas 3% do estado se encontra abaixo dos 200 metros de altitude. O relevo é caracterizado por extensos planaltos montanhosos, compondo as Serras do Mar e Geral. As regiões de menor altitude estão localizadas na baixada litorânea, que abriga planícies de aluvião, formações arenosas e morros cristalinos. No norte, a baixada se divide em duas partes devido à presença da Baía de Paranaguá, que apresenta um formato alongado.

Solos

Aproximadamente 40% do Paraná, principalmente no norte do estado, é coberto pela terra roxa, um dos solos mais férteis do Brasil. Essa condição favoreceu a expansão da cafeicultura desde a década de 1920. Por outro lado, os solos das regiões de floresta e das formações campestres apresentam baixa fertilidade. Para tornar essas áreas mais produtivas, são utilizadas tecnologias avançadas de manejo e recuperação do solo.

Hidrografia

O Paraná possui cinco principais bacias hidrográficas: a do Rio Paraná, a oeste; a do Rio Paranapanema, ao norte; a do Rio Iguaçu, ao sul; e as bacias do Atlântico Sudeste e do Atlântico Sul, ao leste. A maior parte dos rios do estado é afluente do Rio Paraná, sendo os mais extensos o Rio Paranapanema, que delimita a divisa com São Paulo, e o Rio Iguaçu, que separa o Paraná de Santa Catarina e da Argentina. Ao oeste, o Rio Paraná estabelece a fronteira com o Paraguai, enquanto ao noroeste, o estado faz divisa com Mato Grosso do Sul. Pequenos rios que fluem em direção ao litoral desembocam no Rio Ribeira de Iguape, em São Paulo.

Clima

O Paraná apresenta três tipos climáticos, de acordo com a classificação de Köppen-Geiger:

•Clima Cfa (Subtropical úmido): predominante na planície litorânea e no oeste do estado, caracterizado por temperaturas médias anuais em torno de 19°C e índices pluviométricos de aproximadamente 1.500 mm anuais.

•Clima Cfb (Subtropical de altitude): presente nas regiões mais elevadas, abrangendo os planaltos cristalino, paleozoico e a porção leste do planalto basáltico. Possui temperaturas médias de 17°C e chuvas bem distribuídas ao longo do ano, com precipitação em torno de 1.200 mm anuais.

•Clima Cwa (Subtropical com invernos secos e verões quentes): ocorre no noroeste do estado, característico de regiões tropicais, com chuvas concentradas no verão e estiagem no inverno. A temperatura média anual é de aproximadamente 20°C, e a precipitação atinge 1.300 mm anuais. Durante o inverno, podem ocorrer geadas, especialmente em áreas de maior altitude, e, em algumas ocasiões, há registro de neve na região de Curitiba.

Meio Ambiente

Originalmente, 46% do Paraná era coberto por florestas tropicais da Mata Atlântica, incluindo formações latifoliadas e coníferas. A Floresta com Araucárias, característica do planalto cristalino, ocupa extensas áreas, sendo economicamente explorada. Seus remanescentes se concentram na planície litorânea, na encosta da Serra do Mar e em vales fluviais, como os dos rios Iguaçu, Piquiri e Ivaí. Espécies importantes incluem o pinheiro-do-paraná (Araucaria angustifolia), imbuia, cedro e erva-mate.

Os campos naturais cobrem cerca de 9% do estado, sendo mais comuns no leste do planalto paleozoico, em regiões como Curitiba, Castro, Guarapuava e Palmas. Os cerrados, por sua vez, são menos expressivos, abrangendo menos de 1% da superfície estadual.

O Paraná conta com 29 unidades de conservação sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Entre elas, destacam-se 14 reservas biológicas, 5 parques nacionais, 3 florestas, 2 estações ecológicas, 2 áreas de

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

— Ética na Administração

A ética na administração é um conjunto de valores e princípios que orientam o comportamento dos gestores e da organização como um todo. Em um ambiente corporativo, a ética é essencial para garantir que as decisões sejam tomadas de forma justa, transparente e responsável. Ela vai além das regras e leis, pois está relacionada ao que é considerado correto e adequado para cada situação, independentemente de imposições externas. Com isso, a ética torna-se um guia para a construção de uma cultura organizacional íntegra e confiável, que respeita tanto os interesses dos stakeholders quanto o impacto social de suas ações.

Os princípios éticos na administração abarcam valores como transparência, integridade, justiça e respeito ao próximo. A transparência, por exemplo, diz respeito à clareza nas informações e comunicações, sejam elas destinadas aos colaboradores, aos clientes ou ao mercado em geral.

Uma administração transparente evita práticas enganosas e manipulações, promovendo confiança e credibilidade. Já a integridade refere-se à honestidade no cumprimento de compromissos e ao respeito às normas e aos contratos estabelecidos. Um gestor íntegro mantém suas promessas e assume responsabilidade por suas ações, criando um ambiente de trabalho saudável e digno. Por sua vez, a justiça está presente na equidade com que os gestores tratam seus colaboradores, assegurando que todos tenham oportunidades iguais e que as decisões sejam justas e fundamentadas.

O respeito ao próximo complementa esses princípios, ao garantir que todos os stakeholders sejam tratados com dignidade e consideração, independentemente de seu nível hierárquico ou de sua relação direta com a empresa.

Apesar desses princípios parecerem evidentes, dilemas éticos são comuns no ambiente corporativo e representam um desafio constante para os gestores. Situações como a pressão por resultados, a competitividade e as metas agressivas podem gerar conflitos entre o que é ético e o que parece vantajoso a curto prazo.

Um exemplo típico de dilema ético ocorre quando um gestor se depara com a possibilidade de aumentar os lucros mediante práticas que podem prejudicar os colaboradores, como o corte de benefícios ou a redução excessiva de custos operacionais. Embora essas decisões possam trazer ganhos financeiros imediatos, elas podem comprometer o bem-estar dos funcionários e afetar a moral e a motivação dentro da empresa.

A ética, nesse caso, age como uma bússola, orientando o gestor a avaliar o impacto de suas decisões a longo prazo e a buscar um equilíbrio entre a rentabilidade e o respeito aos direitos dos colaboradores.

Outro dilema comum diz respeito à manipulação de informações para melhorar a imagem da empresa perante o mercado e os investidores. A pressão por apresentar bons resultados pode levar alguns gestores a omitir informações negativas ou a exagerar nas projeções de crescimento e rentabilidade.

Embora essa prática possa criar uma imagem momentaneamente positiva, ela é eticamente questionável e pode prejudicar a confiança do mercado e dos acionistas, especialmente quando a realidade da empresa vem à tona. Nesse contexto, a ética exige que o gestor seja transparente e honesto, apresentando informações verdadeiras, mesmo que isso implique uma imagem menos favorável a curto prazo.

As decisões éticas também se aplicam ao relacionamento com fornecedores e clientes. Na administração, é fundamental que as relações com parceiros externos sejam justas e pautadas pela integridade. Práticas como a concessão de vantagens indevidas, a escolha de fornecedores sem critérios transparentes ou a cobrança abusiva de clientes representam atitudes antiéticas que podem comprometer a reputação da empresa e afastar parceiros valiosos.

A ética, nesse sentido, deve direcionar os gestores a adotar critérios claros e objetivos na escolha de fornecedores e no estabelecimento de contratos, assegurando que as relações comerciais sejam baseadas na confiança mútua e no benefício compartilhado.

A tomada de decisão ética é outra área relevante dentro da administração. Decisões que afetam o quadro de colaboradores, os processos internos ou o impacto ambiental da empresa devem ser cuidadosamente ponderadas sob a ótica ética. Nesse processo, o gestor ético considera não apenas os interesses da organização, mas também o impacto de suas escolhas no bem-estar dos colaboradores e da sociedade.

Uma decisão que implique o fechamento de uma unidade de produção, por exemplo, pode ser financeiramente vantajosa, mas o gestor ético avalia, além do lucro, os efeitos sociais e econômicos dessa ação para a comunidade local. Sempre que possível, ele busca alternativas que minimizem impactos negativos, como realocação de funcionários ou programas de apoio à recolocação profissional.

O estabelecimento de uma cultura ética na administração depende de líderes comprometidos e de políticas que reforcem esses valores. É comum que organizações implementem códigos de ética e políticas de conformidade para garantir que todos os membros da equipe entendam os padrões de comportamento esperados. Esses documentos, entretanto, só serão efetivos se os líderes forem exemplos de comportamento ético, pois as atitudes dos gestores são observadas e seguidas pelos colaboradores.

Um líder ético inspira sua equipe e promove uma cultura de integridade, onde todos se sentem encorajados a agir corretamente e a denunciar práticas inapropriadas. Além disso, a empresa deve oferecer treinamento e capacitação para que seus profissionais compreendam a importância da ética e saibam como aplicá-la em seu dia a dia.

Por fim, a ética na administração está diretamente relacionada à sustentabilidade do negócio. Empresas que atuam com transparência e responsabilidade conquistam uma boa reputação e fortalecem seu relacionamento com clientes, fornecedores, acionistas e colaboradores. Esse capital social é um ativo valioso, que protege a organização em tempos de crise e favorece a atração de novos investimentos e talentos.

Em contrapartida, empresas que negligenciam a ética e adotam práticas abusivas ou enganosas podem sofrer sanções legais e danos irreparáveis à sua imagem, o que impacta diretamente sua sobrevivência no mercado.

CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e ainda tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição, bem como nos arts. 116 e 117 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 10, 11 e 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1994, 173° da Independência e 106° da República.

ANEXO
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I
DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4°, da Constituição Federal.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

IV- A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como conseqüência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar

dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

SEÇÃO II
DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

a) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;

b) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;

c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;

d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;

e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

l) ser assíduo e freqüente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

m) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

n) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

r) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.

s) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.

SEÇÃO III
DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - E vedado ao servidor público;

a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;

c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

d) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;

f) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;

g) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

h) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

i) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

j) desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

l) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

m) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

n) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente;

o) dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;

p) exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

CAPÍTULO II
DAS COMISSÕES DE ÉTICA

XVI - Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

XVII -- (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XVIII - À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

XIX - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XX - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXI - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

XXIII - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXIV - Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

XXV - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: ATOS ADMINISTRATIVOS (CONCEITOS, ATRIBUTOS, ELEMENTOS OU REQUISITOS, CLASSIFICAÇÃO, EXTINÇÃO)

Conceito

Hely Lopes Meirelles conceitua ato administrativo como sendo "toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria".

Já Maria Sylvia Zanella Di Pietro explana esse tema, como: "a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário".

O renomado, Celso Antônio Bandeira de Mello, por sua vez, explica o conceito de ato administrativo de duas formas. São elas:

A) Primeira: em sentido amplo, na qual há a predominância de atos gerais e abstratos. **Exemplos:** os contratos administrativos e os regulamentos.

No sentido amplo, de acordo com o mencionado autor, o ato administrativo pode, ainda, ser considerado como a "declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional".

B) Segunda: em sentido estrito, no qual acrescenta à definição anterior, os atributos da unilateralidade e da concreção. Desta forma, no entendimento estrito de ato administrativo por ele exposta, ficam excluídos os atos convencionais, como os contratos, por exemplo, bem como os atos abstratos.

Embora haja ausência de uniformidade doutrinária, a partir da análise lúcida do tópico anterior, acoplada aos estudos dos conceitos retro apresentados, é possível extrair alguns elementos fundamentais para a definição dos conceitos do ato administrativo.

De antemão, é importante observar que, embora o exercício da função administrativa consista na atividade típica do Poder Executivo, os Poderes Legislativo e Judiciário, praticam esta função de forma atípica, vindo a praticar, também, atos administrativos. Exemplo: ao realizar concursos públicos, os três Poderes devem nomear os aprovados, promovendo licitações e fornecendo benefícios legais aos servidores, dentre outras atividades. Acontece que em todas essas atividades, a função administrativa estará sendo exercida que, mesmo sendo função típica, mas, recordemos, não é função exclusiva do Poder Executivo.

Denota-se também, que nem todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato administrativo, isso por que em inúmeras situações, o Poder Público pratica atos de caráter privado, desvestindo-se das prerrogativas que conformam o regime jurídico de direito público e assemelhando-se aos

Editora Solução
a solução para o seu concurso!